

b) Divulgar, nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio e do Regulamento Interno do CSE, estas deliberações através de publicitação no *Diário da República*.

A versão integral actualizada da Nomenclatura de Países — Norma ISO Alpha 2 ficará disponível no Portal de Estatísticas Oficiais do Instituto Nacional de Estatística em www.ine.pt, a partir de 1 de Janeiro de 2010.

28 de Setembro de 2009. — O Presidente da Secção, *João Cadete de Matos*. — A Secretária do CSE, *Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento*.

202375588

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho n.º 22212/2009

Nomeação para o cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I. P.), através de Aviso publicitado, respectivamente, no *Diário da República* n.º 37, 2.ª série, de 21 de Fevereiro de 2008, rectificado, por ter saído com inexactidão, no *Diário da República* n.º 131, 2.ª série, de 9 de Julho e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 14 de Julho, com o código de oferta n.º OE200907/0327, do ano de 2009, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., estabelecido no artigo 15.º, do Despacho n.º 20328/2007, de 6 de Setembro, em conjugação com as competências expressas no n.º 2, do artigo 8.º, da citada Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado, artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, Hélia Maria Sousa Alves, por se considerar que reúne as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, inequivocamente, possuir as melhores condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o mencionado procedimento, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada prática profissional no exercício de funções no âmbito do controlo e execução do orçamento e do PIDDAC, garantir a realização dos cabimentos e compromissos, abertura de créditos especiais, procedimentos de integração da receita, pedidos de libertação de crédito e deter experiência comprovada no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover.

3 — Saliente-se, ainda, que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para o desempenho do cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento.

4 — Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 dos citados artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a candidata, Hélia Maria Sousa Alves, do Mapa de Pessoal da Secretaria Geral do Ministério da Justiça, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial do IPAD, com efeitos reportados a 14 de Setembro de 2009.

5 — Anexa-se nota relativa ao curriculum académico e profissional da nomeada.

16 de Setembro de 2009. — O Presidente, *Augusto Manuel Correia*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome: Hélia Maria Sousa Alves
Data de nascimento: 25 de Abril de 1964
Habilitações:
Literárias:
Licenciatura em Gestão concluída em 9 de Setembro de 1995;
Seminário de Alta Direcção;
FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

Profissionais:

Membro da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas.

Actividade profissional:

2008, Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial da Direcção de Serviços de Gestão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, nomeada em regime de substituição.

2007, Desempenho de funções como técnica superior na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça onde foram desenvolvidas funções ao nível da organização e actualização do Inventário; realização de Relatórios do PIDDAC e responsável pelos procedimentos concursais de aquisição de bens e serviços.

2001 a 2006, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Controlo Orçamental e Recursos Humanos, da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, tendo como funções principais,

Implementação da Reforma Administrativa e Financeira do Estado (RAFE);

Implementação do SRH;

Previsão de custos e respectivo impacto orçamental com a criação dos novos Julgados de Paz;

Responsável pela Divisão de Administração Geral, assegurando a coordenação das tarefas respeitantes ao Expediente, Aproveitamento, manutenção de viaturas e do Património da DGAE.

1999-2000, ingresso na carreira Técnica Superior, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, tendo como funções principais a análise e pareceres sobre orçamentos, elaboração de projectos de orçamento, instrução de processos de abertura de créditos especiais para todos os serviços do Ministério da Justiça.

— Integração no grupo de trabalho de implementação da Reforma Administrativa e Financeira do Estado (RAFE).

— Elaboração da Conta de Gerência.

1986-1998, desempenho de funções no Gabinete de Apoio ao Ministro da Justiça (GATL) e na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

202373813

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Aviso n.º 17480/2009

A Direcção-Geral do Tesouro e Finanças pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, um especialista de informática, possuidor de licenciatura em área de informática.

A oferta terá as seguintes características:

1 — Tipo de oferta: Mobilidade interna

2 — Regime: Carreiras não revistas

3 — Carreira: Especialista de Informática

4 — Categoria: Especialista de Informática

5 — Total dos postos de trabalho: 1

6 — Remuneração: A prevista no artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

7 — Caracterização do Posto de Trabalho: Direcção de Serviços de Recursos Humanos/Divisão de Sistemas de Informação — assegurar a satisfação das necessidades da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças no âmbito das infra-estruturas informáticas e dos sistemas de informação.

Requisitos de admissão:

1 — Relação Jurídica: contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Habilitação Literária: Licenciatura

3 — Descrição de Habilitação Literária: Licenciatura em área de informática.

Local de trabalho: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Rua da Alfândega, n.º 5 — 1.º, 1149-008 Lisboa.

Formação profissional

Requisitos preferenciais:

1 — Conhecimentos de gestão de sistemas de informação;

2 — Conhecimentos em desenvolvimento de aplicações web seguras com ligação a bases de dados:

i) Modelos abstractos de dados (XML e UML);

ii) Programação para a web (nomeadamente HTML, CSS, Javascript, Ajax, PHP, Java, Perl, .NET); e

iii) Bases de dados relacionais (SQL Server, My SQL e ou ORACLE).

3 — Conhecimentos de fundamentos de sistemas operativos e de redes de comunicações;

4 — Conhecimentos elementares de Microsoft Sharepoint: Administração, alteração de WebSites e WebPages;

5 — Conhecimentos elementares sobre Contabilidade.

Formalização de candidaturas:

Os interessados deverão apresentar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicitação do presente Aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao director-geral do Tesouro e Finanças, Rua da Alfândega, n.º 5 — 1.º, 1149-008 Lisboa, com a menção expressa do vínculo e da carreira em que estão integrados, acompanhado pelo currículo profissional, bem como indicação do respectivo contacto telefónico,

23 de Setembro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

202375985

Declaração de rectificação n.º 2461/2009

Para os devidos efeitos se declara que o despacho n.º 20539/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 11 de Setembro de 2009, a p. 37288, saiu com incorrecções, as quais se rectificam através da republicação integral do referido despacho:

«Despacho (extracto) n.º 20539/2009

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi publicitada a oferta de emprego no *Diário da República*, 2.ª série, através do aviso (extracto) n.º 22164/2008, de 19 de Agosto, e na bolsa de emprego público, em 25 de Agosto de 2008 (código de oferta OE200808/0247), com vista à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Participações do Estado da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada de nomeação apresentada pelo júri do procedimento concursal, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, a técnica superior do mapa de pessoal desta Direcção-Geral Maria Fernanda Joanaz Silva Martins para o cargo de directora de serviços de Participações do Estado da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, cuja nota relativa ao currículo académico e profissional se anexa.

28 de Agosto de 2009. — O Director-Geral, *Carlos Durães da Conceição*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Fernanda Joanaz Silva Martins.

Estado civil — casada.

Data de nascimento — 12 de Setembro de 1959.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1983);

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa (2000);

Curso conducente ao mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2006).

Actividade profissional:

Na Administração Pública:

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública — directora de serviços das Participações do Estado, em substituição (desde Novembro de 2007);

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública — assessora na área de acompanhamento das empresas do sector empresarial do Estado, de exercício da função accionista e tutelar do Estado e de gestão dos apoios financeiros concedidos (2006-2007);

INETI — Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia — directora de serviços responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005);

INGA — Instituto Nacional de Garantia Agrícola, Ministério da Agricultura — chefe de serviço responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003);

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças — assessora (2000);

IGCP — Instituto de Gestão do Crédito Público, Ministério das Finanças — técnica superior do Gabinete de Estudos (1998-2000): Dívida Pública; Financiamento do Estado; Programa de Tesouraria e de Financiamento do Estado; Programa de Estabilidade e Crescimento; Relatório de Défices Excessivos;

Direcção-Geral da Junta do Crédito Público, Ministério das Finanças — técnica superior do Gabinete de Estudos (1996-1998): Dívida Pública — Evolução e Composição; Financiamento do Estado; Relatório de Défices Excessivos;

Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças — chefe de divisão, responsável pela área das Operações Activas do Estado (1993-1996): concessão e gestão de empréstimos do Tesouro; recuperação de créditos do Estado por via negocial e judicial;

Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças — técnica superior na área dos apoios financeiros dos Estado (1983-1993).

Outras:

Representante de Portugal nos comités do FEOGA — Garantia (2001-2002);

Representante do Estado em assembleias gerais ou assembleias de participantes;

Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S. A. (2006-2007);

Secretária da mesa da assembleia geral da EP — Estradas de Portugal, S. A.;

Presidente da mesa da assembleia geral da Docapesca — Portos e Lotas, S. A.;

Vice-presidente da mesa da assembleia geral da AdP — Águas de Portugal, S. A.;

Presidente da mesa da assembleia geral da EMPORDEF, S. A.;

Presidente do conselho fiscal da Metro do Porto, S. A.;

Vogal suplente do conselho fiscal da Parque Expo, S. A.;

Participação, como formadora, em acções de formação;

Participação, como consultora, em acções de cooperação (Programa PICATFIN).»

22 de Setembro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

202374064

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22213/2009

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero o coronel Rui Manuel Carlos Clero, que vinha exercendo as funções de assessor no âmbito das relações externas, no meu Gabinete, para as quais tinha sido nomeado pelo meu despacho n.º 18 944/2008, de 30 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 16 de Julho de 2008, em virtude de o mesmo ir frequentar o curso de promoção a oficial general.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Setembro de 2009.

17 de Setembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

202376908

Despacho n.º 22214/2009

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o mestre João Paulo Barbosa da Costa, do quadro diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que vinha exercendo as funções de adjunto diplomático no meu Gabinete, para as quais tinha sido nomeado pelo meu despacho n.º 20 815/2006, de 27 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de Outubro de 2006.